



A PROBLEMÁTICA DO CONE SUL

Carlos de Meira Mattos

Therezinha de Castro

Exposição de dois renomados geopolíticos, e assíduos colaboradores de A Defesa Nacional, feita na 1ª Sessão do IV Seminário promovido pelo Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES). Transcrita do Caderno nº 5, de junho de 1984, desse Centro, constitui subsídio precioso para os estudiosos do assunto, de interesse atual assinalado.

INTRODUÇÃO (M. M.)

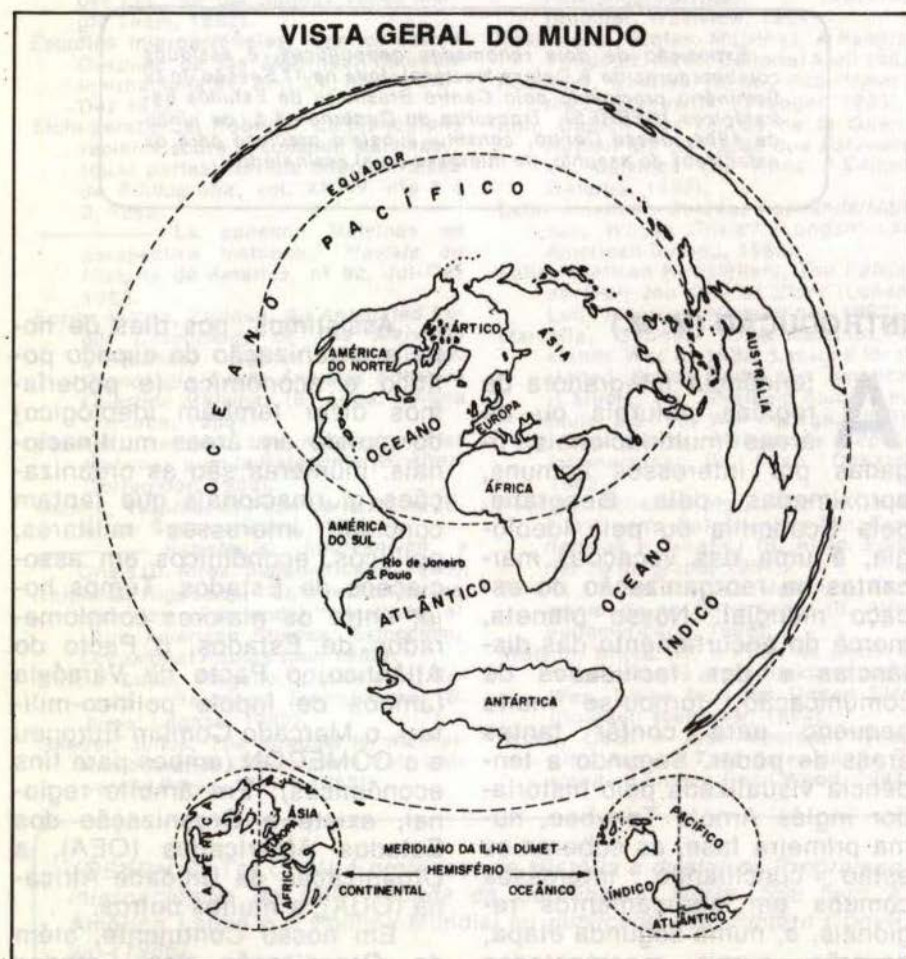
A tendência integradora de regiões naturais ou de áreas multinacionais, ligadas por interesses comuns, aproximadas pela Geografia, pela Economia ou pela Ideologia, é uma das vocações marcantes na reorganização do espaço mundial. Nosso planeta, mercê do encurtamento das distâncias e das facilidades de comunicação, tornou-se muito pequeno para conter tantas áreas de poder. Segundo a tendência visualizada pelo historiador inglês Arnold Tonybee, numa primeira fase, as soberanias estão conciliando interesses comuns em agrupamentos regionais, e, numa segunda etapa, deverão surgir macroestados multinacionais.

Assistimos, nos dias de hoje, a organização do espaço político e econômico (e poderíamos dizer também ideológico) do mundo em áreas multinacionais. Inúmeras são as organizações plurinacionais que tentam conciliar interesses militares, políticos, econômicos em associações de Estados. Temos hoje, entre os maiores conglomerados de Estados, o Pacto do Atlântico, o Pacto de Varsóvia (ambos de índole político-militar), o Mercado Comum Europeu e o COMECON (ambos para fins econômicos). Em âmbito regional, existe a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização da Unidade Africana (OUA), e muitos outros.

Em nosso Continente, além da Organização dos Estados Americanos, temos, para fins

mais específicos ou de âmbito mais regionalizado, o Tratado da Bacia do Prata, o Pacto Andino, o Pacto Amazônico, a Organização dos Estados Centro-Americanos, a Organização dos Estados do Caribe (que surgiu agora no conflito de Granada), e outros menores.

O chamado Cone Sul (V. Mapa 1) (expressão geométrica-geográfica, ultimamente muito citada por inúmeros autores de Geopolítica e de Política) não chega a ser ainda uma área com *status* regional. Inexiste pacto, tratado ou acordo político que o delimite e regule procedimentos



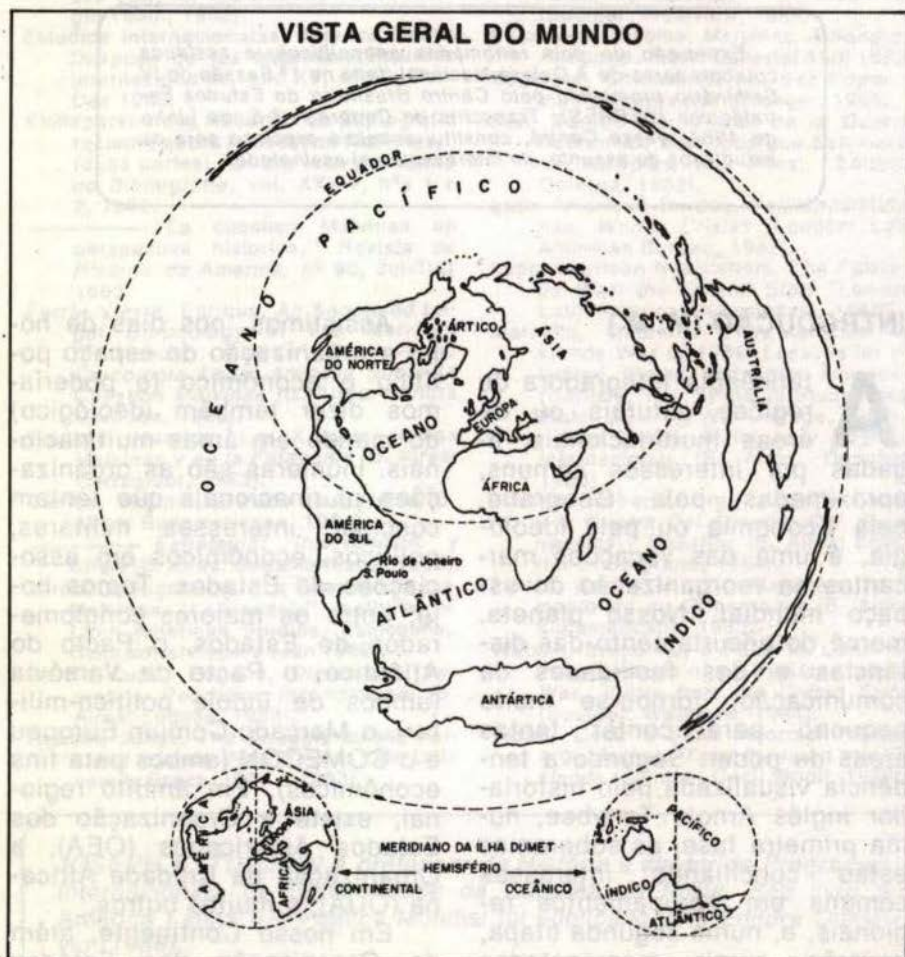
Mapa 1



Mapa 2

mais específicos ou de âmbito mais regionalizado, o Tratado da Bacia do Prata, o Pacto Andino, o Pacto Amazônico, a Organização dos Estados Centro-Americanos, a Organização dos Estados do Caribe (que surgiu agora no conflito de Granada), e outros menores.

O chamado Cone Sul (V. Mapa 1) (expressão geométrica-geográfica, ultimamente muito citada por inúmeros autores de Geopolítica e de Política) não chega a ser ainda uma área com *status* regional. Inexiste pacto, tratado ou acordo político que o delimite e regule procedimentos



Mapa 1

regionais de interesse comum. Parece-nos mais uma área de vocação estratégico-militar, cuja regionalização vem se impondo toda vez que se trata de problemas referidos ao extremo meridional de nosso Continente, em forma de cone. Sua abrangência não está clara, já que não é regulada por nenhum protocolo ou tratado. É um nome (como a "Bota da Itália" é um nome, o "Chifre da África" é um nome) com que se apelida uma região. Cada autor lhe dá uma abrangência geográfica, a seu bel-prazer, ou do interesse de seu país. O geopolítico argentino, General Juan Henrique Gugglielmi, inclui todo o território brasileiro no seu Cone Sul, o que nos parece exagerado e ilógico, pois haverá interferência no mesmo de áreas regionais já definidas e politicamente estruturadas.

A Professora Therezinha de Castro propõe a área ao sul do paralelo de 200. O paralelo de 200 é o de Vitória. A nossa proposta é (V. Mapa 2): partindo a leste do paralelo de 200, acompanhar os limites da Bacia do Prata (área já definida em tratado) até o ponto extremo oeste da referida bacia, em Arica, na fronteira entre o Chile e o Peru. (Aí está a nossa proposta do Cone Sul.)

Por que a nossa proposta é esta? Não vemos porque mutilar a área geográfica da Bacia do Prata; por isso, a incluímos totalmente na nossa proposta do Cone Sul, por constituir a mais

importante unidade geográfica e econômica da região extremo sul do nosso Continente. É uma unidade estrutural e capaz de funcionar dentro de um *status* regional. O Cone Sul, assim definido, incluirá três grandes regiões naturais sul-americanas: a Platina, a Andina (ao sul de Arica), e a Patagônica além da região costeira do leste e sul do Brasil, abrangendo ao todo, território de seis países: Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e o extremo sul da Bolívia.

A justificativa inicial para um Pacto do Cone Sul seria político-militar, dentro de um conceito estratégico regional. (V. Mapa 3), isto é, vigilância e proteção da rota do Cabo da Boa Esperança e, particularmente, das passagens meridionais do Continente: Estreito de Magalhães, passagens ao sul da Terra do Fogo e Estreito de Drake, e ilhas adjacentes de conexão entre os dois maiores oceanos do Globo. E, ainda, bases para a exploração econômica e estratégica do Continente Antártico. Do ponto de vista estratégico-militar, não podemos deixar de considerar as projeções do Cone Sul sobre o segmento do Continente Antártico compreendido entre os meridianos extremos da região do referido Cone. Essas projeções, mais o interesse de manter o controle da navegação no Estreito de Drake, desaconselhariam a presença de potências outras que não as do Cone Sul ou suas aliadas, do lado oposto à extremadura do Conti-

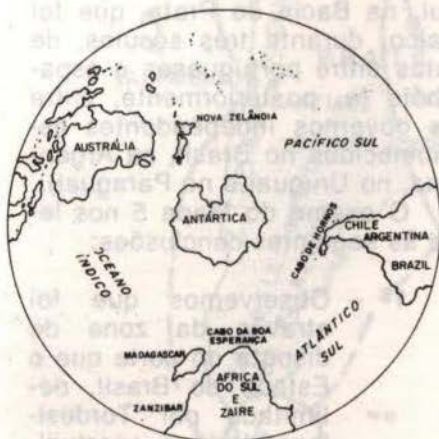
nente Sul-americano. No futuro, poderiam vir prevalecer razões econômicas, para o que seria necessária uma articulação vial interior, terrestre, que melhor integrasse as três regiões naturais, hoje inteiramente isoladas: a Platina, a Andina e a Patagônica.

INDIVIDUALIDADE GEOISTÓRICA (T.C.)

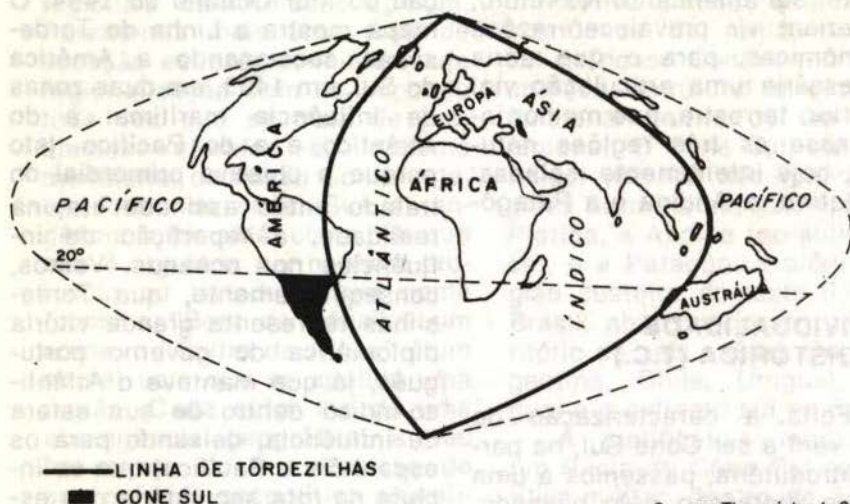
Feita a caracterização do que vem a ser Cone Sul, na parte introdutória, passemos a uma rápida digressão pelo passado, para compreendermos a individualidade geoistórica dos países do Cone Sul.

ção do Mar Oceano de 1494. O mapa mostra a Linha de Tordesilhas seccionando a América do Sul, em 1493, em duas zonas de influência marítima: a do Atlântico e a do Pacífico. Isto porque o objetivo primordial do tratado então assinado era, na realidade, a repartição de influências nos oceanos. Vemos, conseqüentemente, que Tordesilhas representa grande vitória diplomática do governo português, já que manteve o Atlântico-Índico dentro de sua esfera de influência, deixando para os espanhóis o Pacífico, que se incluía na rota secundária das especiarias. Observado esse mapa em função do tema proposto, considerando-se o paralelo de 20° como o limite norte do Cone Sul, vemos que a área meridional do Continente Americano ficaria toda envolvida na rota secundária do Pacífico, totalmente dentro da dependência geopolítica da Espanha. Depois de gravar bem a Linha de Tordesilhas (que no Mapa 4, vemos representada por um traço espesso), observaremos o Cone Sul (representado em cinza), num posicionamento secundário na época das grandes navegações, quando o Continente foi repartido geopoliticamente.

Esse posicionamento secundário vai ser, em parte, o causador da ocupação descontínua do Cone Sul, da formação de uma área de disputa no território melhor posicionado no Cone Sul (justamente do lado do Atlântico), e vai ser o fator remoto pa-



Vamos começar examinando o Mapa 4, bastante conhecido de todos nós, ou seja, a reparti-



Org. por Therezinho de Castro

Mapa 4

ra o estabelecimento de duas zonas de tensão existentes na atualidade: uma no extremo norte e a outra no extremo sul.

Para compreendermos melhor o que acabamos de dizer com relação à ocupação da América do Sul, e em especial do Cone Sul, examinemos o Mapa 5. Ele mostra a fase de ocupação do nosso Continente pelos povos ibéricos. Entre os limites administrativos coloniais destacam-se duas grandes áreas (uma ao norte e outra ao sul) que ficaram durante muito tempo abandonadas e, conseqüentemente, despovoadas, e que constituíram duas zonas geopolíticas neutras do nosso Continente.

Entre as duas zonas geopolíticas neutras, em meios-círculos barrados, um ao norte, e outro ao sul, duas zonas de disputa: a

do norte envolvendo invasores holandeses e franceses que conseguiram formar o quisto geopolítico das Guianas; e a do sul, na Bacia do Prata, que foi palco, durante três séculos, de lutas entre portugueses e espanhóis (e, posteriormente, entre os governos independentes estabelecidos no Brasil, na Argentina, no Uruguai e no Paraguai).

O exame do Mapa 5 nos leva às seguintes conclusões:

- 1ª — Observemos que foi através da zona de disputa do norte que o Estado do Brasil, delimitado por Tordesilhas, teria a oportunidade de se expandir pela vasta zona geopolítica neutra formada pela Amazônia. E foi através da zona de



Org. por Therezinha de Castro

disputa do sul que o Estado do Brasil pode ultrapassar a linha de Tordesilhas e se envolver, em parte, no Cone Sul.

- 2ª - Em se tratando do Cone Sul, é no período de ocupação que se vai caracterizando a sua individualidade geoistórica. Assim, enquanto os portugueses se mantiveram numa única frente (constituída pelo Estado do Brasil, inteiramente dependente do Atlântico), o cantonalismo geopolítico espanhol se projetou na América através de várias frentes administrativas.

O cantonalismo geopolítico aí se caracteriza através de duas zonas de defesa, autênticas marcas medievais formadas: ao norte pela Capitania da Venezuela (zona posicionada numa área de pirataria intensa, o Caribe), e ao sul pela Capitania do Chile (num ângulo morto do Pacífico, no desguarnecido Cone Sul). O cantonalismo geopolítico se apresenta, ainda, na zona de passagem da Audiência de Quito, no norte, e no Estabelecimento da Patagônia, em zona geopolítica neutra do desguarnecido Cone Sul.

Vemos ainda, centralizando todo o poder espanhol na América do Sul, o Vice-Reino do Pe-

ru, com a próspera economia da mineração, posteriormente desmembrado para formar: no norte, o Vice-Reino de Nova Granada (vivendo da agropecuária e sobrevivendo como zona de passagem para a movimentada região de exportação do Istmo do Panamá); e ao sul do paralelo de 20º, o Vice-Reino do Prata, com seu território do norte na mais estreita dependência da rota comercial com o Peru, e seu território do sul integrado ao contexto pecuarista voltado para a rota de comércio fluvial do Prata, e que vivia na parte marginalizada do Cone Sul, transformada em zona de disputa quando, por esta área, vieram a se interessar os portugueses.

- 3ª - Na área específica do Cone Sul, a individualidade geoistórica seria tônica, no passado colonial, em torno de duas áreas administrativas:

- a) A Capitania do Chile, com o porto de Valparaíso atraído para o Istmo do Panamá, e, numa intensidade bem menor, via Estreito de Magalhães, atraído para o Atlântico Sul. A individualidade geoistórica da Capitania do Chile se forjou no isolamento, em território encurralado no Pacífico pelos Andes.
- b) O Vice-Reino do Prata, que se individualizou no

isolamento, pela distância que o separava do Vice-Reino do Peru. O Vice-Reino do Prata, voltado para o Atlântico, teria que viver numa mentalidade bem mais marítima, na atração exercida pela bacia fluvial e transformando-se, pela marginalização em que vivia, numa intensa zona de contrabando e área de disputa no Cone Sul.

5ª – A quase marginalização da parte meridional do Continente Americano fez com que, de um modo geral, o Cone Sul ficasse mais a salvo da cobiça estrangeira, e se mantivesse dentro da individualidade geoistórica da Península Ibérica, escapando do mosaico étnico que se implantaria nas Guianas.

6ª – Analisando, ainda, o Mapa 5, observamos que a falta de um porto habilitado para o comércio com a Metrópole no litoral do Pacífico pertencente ao Vice-Reino do Prata (que vemos assinalado por um círculo), contribuiria para o quase despovoamento daquela área, fato que será de suma importância porque levaria a Bolívia (que herdou, após a independência, aquele território) a perdê-lo para o Chile, formando hoje uma zona de tensão no Cone Sul.

A exclusão da mobilidade marítima sempre constitui um fator negativo para o Cone Sul, apresentando ainda hoje os seus reflexos na área do Pacífico em geral. Pelo fato de o Pacífico se constituir num oceano

4ª – No contexto geoistórico, se observarmos as duas entidades geopolíticas espanholas instaladas no Cone Sul, as veremos como núcleos secundários, vivendo em função da orientação mercantilista do Vice-Reino do Peru, na órbita primordial do Atlântico Norte, via Istmo do Panamá. Mesmo assim, dentro do aspecto geoistórico, em se tratando da área do Cone Sul dependente do Pacífico, seu aspecto secundário é bem marcado. Isto porque a ação espanhola extrapolou esse terminal de rotas, para se envolver, com muito maior intensidade, no eixo Peru-Novas Hébridas, e México-Filipinas, portanto, bem mais ao norte.

de navegação extensiva, a individualidade geoistórica se mantém, como vemos no Mapa 5, através do fato quase constante de a capital ser uma cidade interiorizada, e não o porto de mar que em geral a servia. Assim, de norte para sul, temos Santa Fé (atual Bogotá) e não Cartagena, como capital do Vice-Reino de Nova Granada; Quito, capitaneando a Audiência de Quito, e não Guayaquil; Lima, e não Calao, no Vice-Reino do Peru. Essa individualidade geoistórica se estendeu ao Cone Sul através de Santiago, e não Valparaíso. A própria Buenos Aires não é um porto de mar. Enquanto, em sua área de influência, Assunção, no interior isolada, muito contribuiria para a formação individualista do Território de Missões. Caracas, que foi fundada em 1567, no norte, e Montevidéu, em 1726, no sul, no Cone Sul, mostram uma exceção; mas uma exceção mais defensiva do que propriamente administrativa. Na Capitania da Venezuela, foi instalada no litoral para fazer frente aos flibusteiros que infestavam o Caribe. Enquanto Montevidéu surgia no Vice-Reino do Prata, para fazer frente aos portugueses estabelecidos desde 1680 na Colônia do Sacramento, que nem a presença de Buenos Aires conseguiu expulsar.

Observamos ainda, dentro da individualidade geoistórica do Cone Sul, que, enquanto o Vice-Reino do Prata viu-se sempre mais envolvido na con-

tenda pela posse da bacia hidrográfica, a Capitania do Chile tomava a si o processo inicial da exploração da região transandina, que se constituía numa zona geopolítica neutra, destacada no Mapa 5 sob o nome de Estabelecimento da Patagônia. Embora hoje incluída no domínio político da Argentina, a Patagônia se mantém ainda como zona geopolítica neutra, e apresenta, no âmbito do Cone Sul, uma zona de tensão com o Chile, que vemos assinalada por um círculo.

Podemos concluir este item afirmando que a individualidade geoistórica alimentada pelo cantonalismo geopolítico espanhol, associada ao fator fisiográfico, iria contribuir para a balcanização do Cone Sul, que subdividiu a área em seis países que destacamos no Mapa 6.

Vemos aí o Chile como uma nesga de terra imprensada no Pacífico pelos Andes, começando num deserto de areia e acabando num deserto gelado. É o país que possui maior litoral todo integrado no Cone Sul. Em seguida, vemos uma dupla Bolívia: a do altiplano, atraída pelo Peru (que não se integra no Cone Sul), pela Argentina, e também envolvida pelo Chile; e a zona da planície, voltada para a Bacia do Prata e envolvida na Bacia Amazônica. Como zona de atração, em função de seus vizinhos, a Bolívia quase transformou-se numa "Polônia da América". Expediente da história, como a Bolívia, o Uruguai

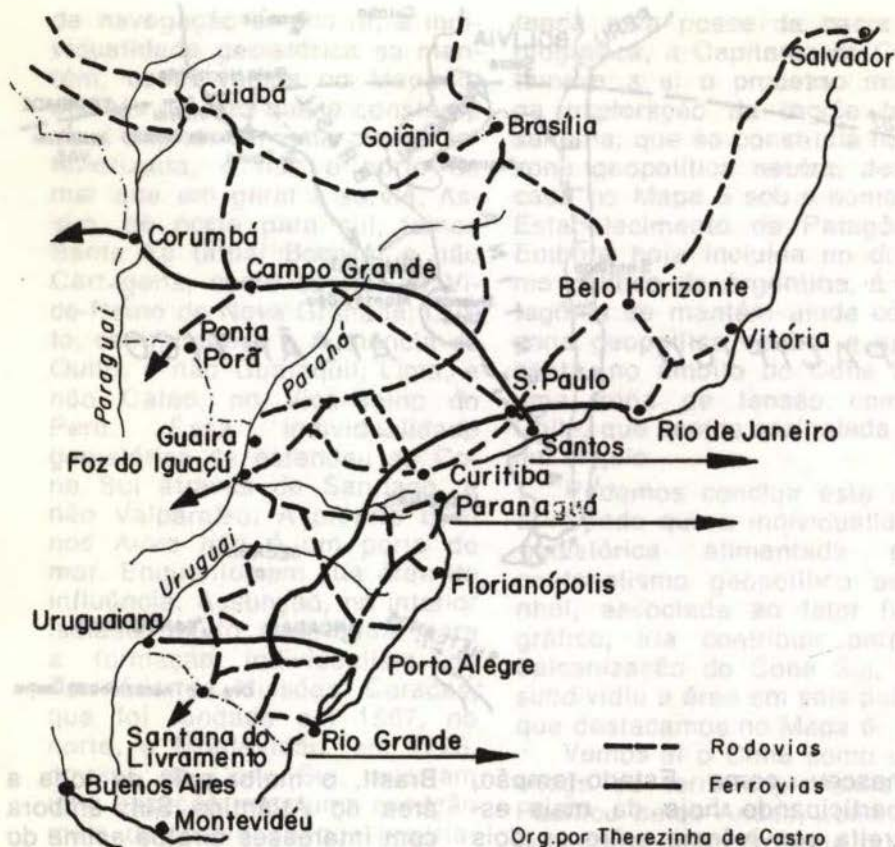


nasceu como Estado-tampão, participando hoje da mais estreita convivência entre os dois grandes do Cone Sul: o Brasil e a Argentina. Como o Uruguai, o Paraguai se envolve todo no Cone Sul: sem litoral, do isolamento em que viveu no passado, passou a ter uma posição central e dinâmica na Bacia do Prata, importante pólo geopolítico do Cone Sul. No terminal Atlântico do Cone Sul se encontra a Argentina, com perspectivas muito mais continentais do que marítimas, já que 80% do seu litoral praticamente se encontram ociosos para o âmbito internacional. E, finalmente, o

Brasil, o maior país de toda a área do Atlântico Sul; embora com interesses diretos acima do paralelo de 200, se envolve parcialmente, porém decisivamente, no Cone Sul, pois é aí que possui o seu ecúmeno estatal, através do triângulo geopolítico pontilhado que une São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro (V. Mapa 6.).

O CONE SUL E O PÓLO GEOPOLÍTICO DA BACIA DO PRATA (T.C.)

Ao analisar as individualidades geoistóricas do Cone Sul, destaquei, como zona de dispu-



ta que durou três séculos, a região da Bacia do Prata. Terminada em 1870 a fase crucial das disputas, estava garantida a livre navegação no Prata, beneficiando-se os portos de Buenos Aires e Montevideu. Beneficiavam-se, dentro do aspecto fisiopolítico da Bacia, apresentando-se num eixo natural norte-sul, que, com a atração, levava os países interiorizados (o Paraguai e a Bolívia) a obter na Argentina e no Uruguai as suas

saídas diretas para o Atlântico. O próprio *hinterland* platino brasileiro, representado, sobretudo, pelo Estado de Mato Grosso, sem litoral, ficou durante muito tempo nessa dependência.

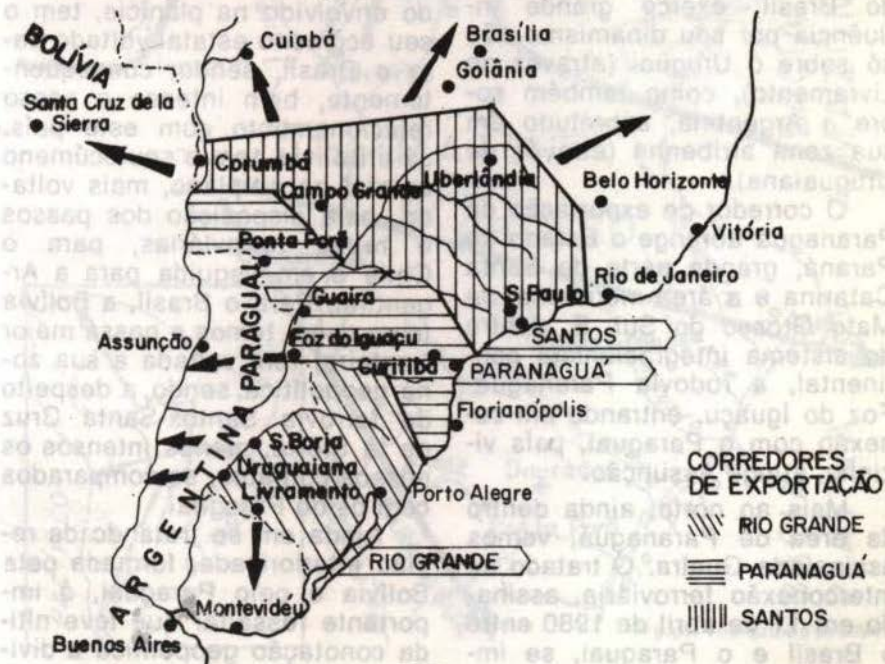
Posteriormente, dentro do enfoque geopolítico de que a chave de controle da Bacia se encontrava no Paraguai, tornou-se possível a implantação do eixo transversal de saída dos dois países interiorizados, também pela costa brasileira. Eixo que

se positivou tendo em vista que, das sete fronteiras binacionais coexistentes no âmbito da Bacia Platina, o Brasil, tal como a Argentina, se envolve em quatro delas, marcando, pois, sua presença constante nessa sub-região do Cone Sul.

Vemos no Mapa 7, num confronto com o eixo geoviário concêntrico de Buenos Aires-Montevideú, que se impôs o traçado leste-oeste paralelo no corte geopolítico das redes de comunicação que o Brasil vem desenvolvendo no âmbito da Bacia do Prata. Ao geocentrismo da foz, se impuseram as várias saídas brasileiras canalizadas em especial para os portos do Rio Grande, de Paranaguá e de

Santos, desmarginalizando-se, conseqüentemente, as áreas interiores do complexo fluvial.

Os "corredores de exportação" deram maior amplitude geoestratégica a essa bacia, não só no âmbito do Cone Sul, mas do próprio Atlântico Sul, já que, dotada de variadas opções portuárias, não pode, num caso de conflito, ser tão facilmente bloqueada como foi no passado. Rio Grande, Paranaguá e Santos são três corredores de exportação instalados na região platina, onde, afirmava o geopolítico Mário Travassos, o Brasil dava "exemplo notável de ações neutralizantes sobre o poder concêntrico das bacias hidrográficas", e, se viesse a



Mapa 8

conjugar as comunicações terrestres, dobrando e ligando as comunicações fluviais, poderia sentir toda a dinâmica da vertente atlântica, "onde culminam os traços decisivos do *facies* político sul-americano".

Observando o Mapa 8, concluiremos que os corredores de exportação constituem variadas opções para o escoamento do vasto *hinterland*. Senão vejamos: o corredor de exportação do Rio Grande se transformou em pólo de atração para o escoamento de produtos do Rio Grande do Sul e da parte ocidental de Santa Catarina. Por outro lado, constituindo o Rio Grande do Sul o núcleo do semicírculo marginal geopolítico do Brasil, exerce grande influência por seu dinamismo não só sobre o Uruguai (através de Livramento), como também sobre a Argentina, sobretudo em sua zona arribenha (através de Uruguiana).

O corredor de exportação de Paranaguá abrange o Estado do Paraná, grande parte de Santa Catarina e a área meridional de Mato Grosso do Sul. E, dentro do sistema integracionista continental, a rodovia Paranaguá-Foz do Iguaçu, entrando em conexão com o Paraguai, país vizinho, atinge Assunção.

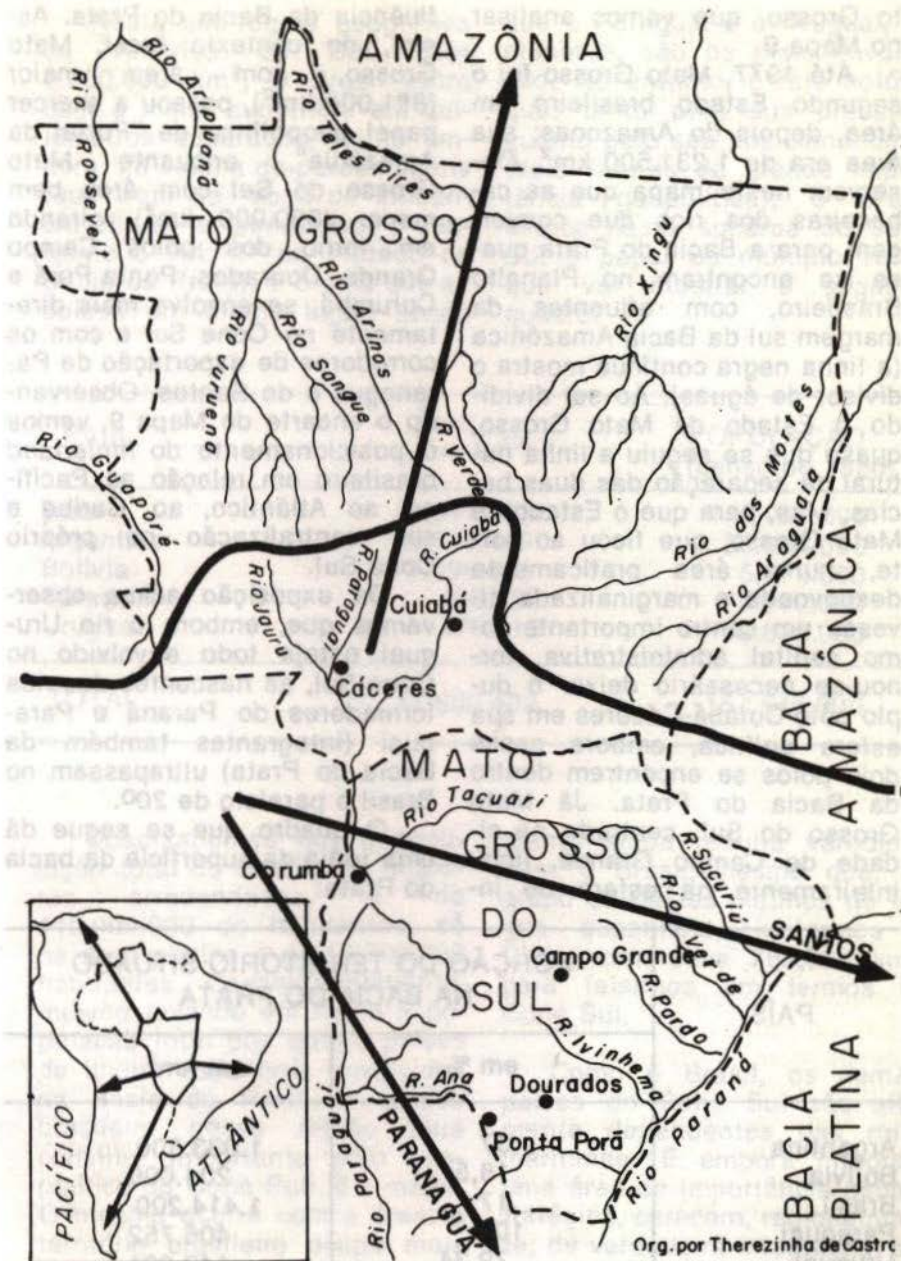
Mais ao norte, ainda dentro da área de Paranaguá, vemos assinalada Guaíra. O tratado de interconexão ferroviária, assinado em 11 de abril de 1980 entre o Brasil e o Paraguai, se implantará, na prática, com a

união das vias férreas nas proximidades desse pólo interiorizado de Guaíra. E irá se constituir na proveitosa "Ferrovia da Soja".

O corredor de exportação de Santos, pela importância, serve a um vasto *hinterland* brasileiro, que extrapola os limites da Baía do Prata e do próprio Cone Sul, embora o mapa só mostre a área de influência relacionada com o Estado de São Paulo, Norte do Paraná, Sul e Oeste de Minas Gerais, e ainda Mato Grosso do Sul.

Ora, em se tratando da região interiorizada, formada pelos dois países vizinhos, a Bolívia e o Paraguai, temos que nos ater a um contraste. O Paraguai, todo envolvido na planície, tem o seu ecúmeno estatal voltado para o Brasil, sendo, conseqüentemente, bem intenso o nosso relacionamento com este país. Já a Bolívia, tem o seu ecúmeno estatal no altiplano, mais voltado, pela disposição dos passos e redes ferroviárias, para o Chile e em seguida para a Argentina. Para o Brasil, a Bolívia (com quem temos a nossa maior fronteira) tem voltada a sua zona geopolítica, sendo, a despeito da ferrovia Santos-Santa Cruz de la Sierra, menos intensos os nossos contatos, se comparados com os do Paraguai.

Ainda em se tratando da região interiorizada, formada pela Bolívia e pelo Paraguai, é importante ressaltar que teve nítida conotação geopolítica a divisão, em 1977, do Estado do Ma-



Mapa 9

to Grosso, que vamos analisar no Mapa 9.

Até 1977, Mato Grosso foi o segundo Estado brasileiro em área, depois do Amazonas; sua área era de 1.231.500 km². Observem neste mapa que as cabeceiras dos rios que convergem para a Bacia do Prata quase se encontram no Planalto Brasileiro, com afluentes da margem sul da Bacia Amazônica (a linha negra contínua mostra o divisor de águas). Ao ser dividido o Estado de Mato Grosso, quase que se seguiu a linha natural de separação das duas bacias. Mas, para que o Estado de Mato Grosso, que ficou ao norte, numa área praticamente despovoada e marginalizada, tivesse um centro importante como capital administrativa, tornou-se necessário deixar o duplo pólo Cuiabá-Cáceres em sua esfera política, embora esses dois pólos se encontrem dentro da Bacia do Prata. Já Mato Grosso do Sul, centrado na cidade de Campo Grande, ficou inteiramente na esfera de in-

fluência da Bacia do Prata. Assim, no contexto local, Mato Grosso, com área maior (881.000 km²), passou a exercer papel geopolítico de "Portal da Amazônia", enquanto Mato Grosso do Sul com área bem menor (350.000 km²), girando em torno dos pólos Campo Grande, Dourados, Ponta Porã e Corumbá, se envolve mais diretamente no Cone Sul e com os corredores de exportação de Paranaguá e de Santos. Observando o encarte do Mapa 9, vemos o posicionamento do *hinterland* brasileiro em relação ao Pacífico, ao Atlântico, ao Caribe e sua centralização no próprio Cone Sul.

Da exposição acima observamos que, embora o rio Uruguai esteja todo envolvido no Cone Sul, as nascentes dos rios formadores do Paraná e Paraguai (integrantes também da Bacia do Prata) ultrapassam no Brasil o paralelo de 20°.

O quadro que se segue dá uma idéia da superfície da bacia do Prata:

PAÍS	PORÇÃO DO TERRITÓRIO SITUADO NA BACIA DO PRATA	
	em %	em km ²
Argentina	37	1.033.800
Bolívia	18,5	204.000
Brasil	17	1.414.200
Paraguai	100	406.752
Uruguai	79,34	140.901

Nesta sub-região geográfica da América do Sul, com 3.200.000 km², o Brasil entra com a maior superfície em quilômetros quadrados, muito embora, na coluna de porcentagens (que trata da "zona de influência direta e ponderável", conforme o Art. 1º do Tratado da Bacia do Prata), é o país que se coloca em último lugar, sendo

que o Paraguai e o Uruguai, os menores, são os mais envolvidos. No entanto, é fato notório que, tanto pela sua presença quanto pelo seu posicionamento (dois fatores de grande importância geopolítica), o Brasil exerce nesta subárea do Cone Sul o papel de múltiplo vetor, que vai mostrar o seguinte quadro:

PAÍS	Área (em km ²)	POPULAÇÃO (censo de 1980)
Brasil	8.511.965	119.061.000
Argentina	2.776.899	27.064.000
Bolívia	1.098.581	5.570.000
Paraguai	406.752	2.970.000
Uruguai	176.215	2.880.000
TOTAL	12.969.402	157.545.000

Observando-se que a população total do Brasil, em números arredondados, é de 119.000.000 de habitantes, só na área platina é de 49.700.000 habitantes. Conseqüentemente, mesmo levando em conta a população total dos quatro países de língua espanhola envolvidos na Bacia do Prata, o efetivo brasileiro nessa região (que constitui importante pólo geopolítico do Cone Sul), é o maior. O mesmo ocorre com a área: o território brasileiro ocupa mais da metade da área total da Bacia do Prata. Esse posiciona-

mento ainda resulta vantajoso para o Brasil, mesmo que, ao grupo de países platinos de língua espanhola, juntarmos o Chile, com seus 765.000 km², para falarmos em termos de Cone Sul.

Como o Brasil, os demais países do Cone Sul são altamente dependentes das rotas marítimas. E, embora integrem uma área de importância geoestratégica, carecem, regionalmente, de verdadeira integração, sobretudo, ante a constância das fronteiras-faixas.

INSTRUMENTOS E DISPOSITIVOS DE DEFESA QUE ABRANGEM O CONE SUL E ÁREAS DE ATRITO. (M.M.)

O principal, o primeiro instrumento de defesa, surgiu em janeiro de 1942, na Reunião de Consulta do Rio de Janeiro, que criou a Junta Interamericana de Defesa (JID). A JID é mais antiga do que a OEA, criada em 1948.

Depois, veio o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), de 1947, assinado na Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e Segurança, realizada no Rio de Janeiro. Seguiu-se o pouco conhecido CONDECA, criado pela Carta da Organização dos Estados Centroamericanos (ODECA), assinada em 1962. Os atuais problemas do Caribe estão dando lugar a esforços para se reativar o tratado correspondente a essa Carta.

Depois, veio o Tratado de Tlateloco, de proscrição das armas nucleares no Continente Americano, assinado no México em 1967.

Temos, também, um acordo chamado CAMAS (Comando da Área Marítima do Atlântico Sul) sobre controle de tráfego marítimo, que funciona regularmente. Pertencem ao CAMAS o Brasil, a Argentina, o Uruguai, o Chile e o Paraguai. De dois em dois anos a sede desse Comando muda de Buenos Aires para o Rio de Janeiro e vice-versa. Es-

se órgão prepara a mobilização para um controle completo do tráfego marítimo, em casos de emergência.

E existe agora a nova e famosa OECO (Organização dos Estados do Caribe Oriental), que participou, com 400 ou 500 homens, da invasão de Granada, mas cuja criação por tratado não consegui descobrir onde se deu (embora tenha procurado no *Newsweek*, no *Time* etc.).

Além desses tratados e acordos, existem organismos regionais (como seja um comando norte-americano na área do Canal do Panamá, o "United States Southern Command", que tem a seu cargo o preparo da defesa do Continente em associação com os países latino-americanos). Há, ainda, certos mecanismos periódicos de incentivo à preparação militar para a defesa coletiva (tais como as Conferências de Chefes de Estado-Maior dos países do Hemisfério Ocidental), programas de exercícios combinados (tais como a Operação UNITAS, treinamento anual conjunto das forças navais norte-americanas com forças de vários países do Continente), exercícios táticos em Porto Rico (com participação dos nossos fuzileiros navais), e, recentemente, em Honduras, um exercício tático muito suspeito de que tenha sido realmente apenas um exercício tático.

Vale lembrar que em 1965, face ao conflito surgido na República Dominicana, foi convocada uma Reunião de Consulta

dos Chanceleres, que por 2/3 dos votos dos países membros, aprovou a criação de uma Força Interamericana de Paz, força multinacional que realizou uma intervenção coletiva naquela república do Caribe, pacificando-a e restabelecendo o regime democrático. Sou um pouco suspeito para dizer, mas parece que a missão foi muito bem cumprida, e, das "forças de paz" até aqui instituídas, ignoro outra que tenha cumprido tão bem a sua missão. Chegou à área conflagrada, restabeleceu a ordem, restabeleceu a paz, garantiu uma eleição democrática (com observação de organismos e instituições de todo o Mundo), e saiu e deixou a República Dominicana em paz até hoje. O Brigadeiro Lavenère-Wanderley, que foi Chefe do EMFA naquela época, poderá dar seu testemunho sobre este assunto.

Examinemos agora as áreas de conflito.

O Professor John Child, da American University, em Washington, na tese que apresentou no *meeting* anual da LASA, Bloomington, Indiana, em 1980, listou vinte áreas de conflitos internacionais no Continente Americano, sendo quatorze entre países latino-americanos (por questões territoriais), e seis de países do Continente com países extracontinentais.

No Cone Sul, três conflitos destacam-se: um na região central dos Andes (entre o Chile, o Peru e a Bolívia); outro na fronteira da Bolívia com o Chile

(envolvendo também o Peru); e o terceiro, no extremo sul do Continente (entre a Argentina e o Chile). Há um conflito interno, meio desativado, mas que todas às vezes, que a oposição quer subir ao poder o reativa: o conflito entre o Paraguai e a Bolívia, remanescente da Guerra do Chaco. Entre os conflitos envolvendo interesses de nações extracontinentais, destaca-se, por sua importância, a questão das Malvinas, entre a Argentina e a Inglaterra.

O primeiro, localizado no extremo setentrional do Cone Sul, é resultante de antigas indefinições sobre fronteiras entre Audiências, Gobernaciones españolas da América colonial, e se acirrou por ocasião da chamada Guerra do Pacífico, de 1879 a 1883, entre os três países, Chile, Bolívia e Peru, da qual restituiu a perda, pela Bolívia, para o Chile, do seu litoral no Pacífico e do seu porto principal, Antofagasta; e, para o Peru, na perda, para o Chile, do seu litoral de Arica e Tarabaca. O Tratado de Ancon, de 1883, estabeleceu as condições de paz, entregando os portos de Tarabaca e Antofagasta aos vitoriosos chilenos, e colocando as províncias de Tacna e Arica sob controle chileno até 1929, quando ficou estabelecido que Arica continuaria com o Chile e Tacna voltaria à soberania peruana. As soluções diplomáticas encontradas jamais satisfizeram às nações envolvidas no litígio, sendo que a maior ferida, ainda viva, é a

permanente reivindicação boliviana de reconquistar uma saída marítima na área que perdeu. Perdeu militarmente e, depois, diplomaticamente.

O segundo conflito, no extremo sul do Continente, situa-se na região de Beagle, na Terra do Fogo, envolvendo a questão de soberania de três pequenas ilhas, onde se confrontam interesses argentinos e chilenos. Esse litígio já foi por duas vezes submetido à arbitragem internacional: primeiro, da Rainha Elizabeth, e segundo, do Papa João Paulo II. Nenhum dos laudos foi aceito pelo governo argentino, continuando a questão em clima de reivindicação, muitas vezes tenso (como aconteceu em 1978, que provocou início de mobilização militar entre os dois países).

O terceiro conflito, entre o Paraguai e a Bolívia, é remanescente do tratado de paz da Guerra do Chaco, de 1932 a 1935. A área litigiosa encontra-se num triângulo formado pelos

rios Paraguai, Parabeti e Piopomai. Esta questão, aparentemente em repouso, volta à tona, de tempos em tempos, com reclamações veementes de grupos políticos minoritários paraguaios. A região litigiosa é supostamente rica em petróleo, em gás e contém as principais fontes de geração de áreas flageladas pela seca.

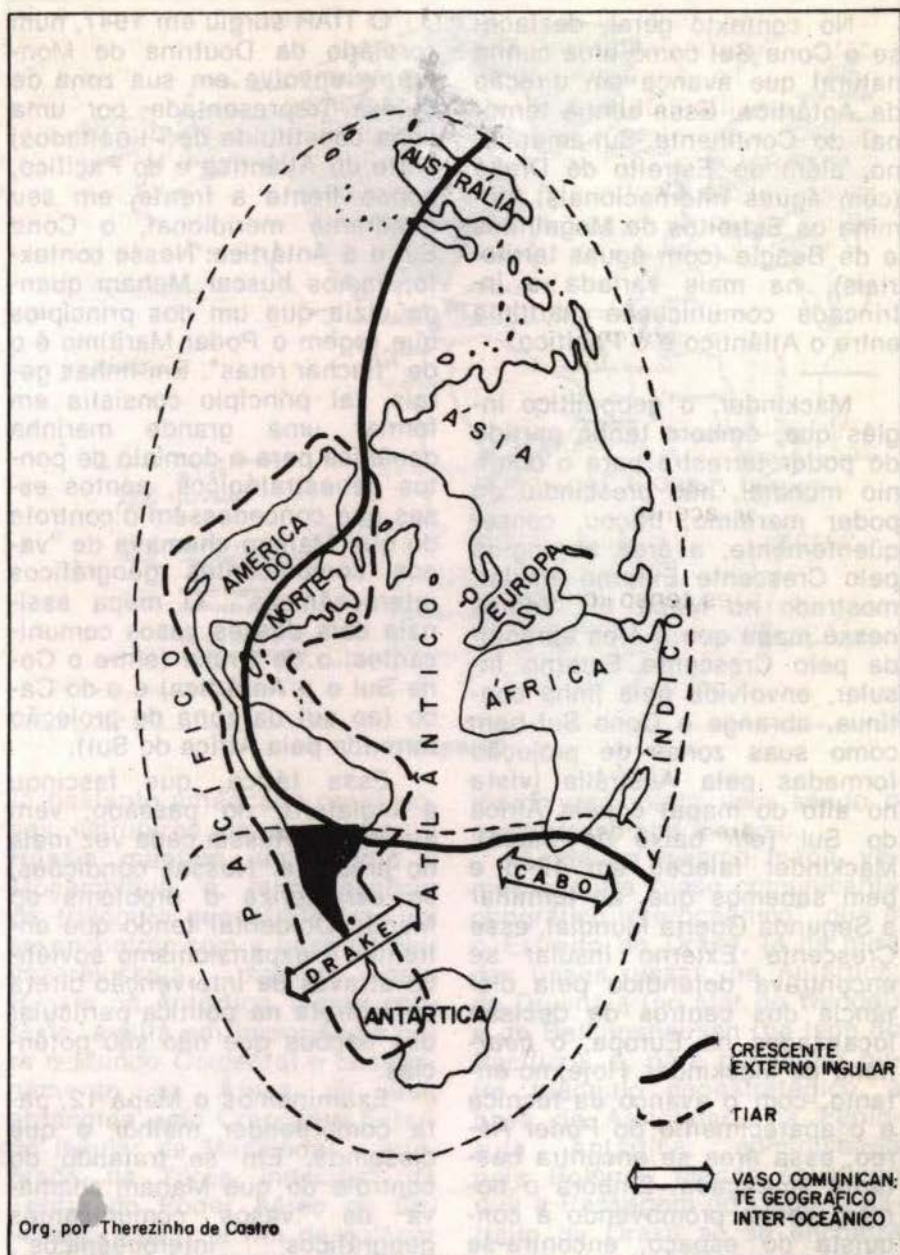
ZONAS DE PROJEÇÕES NO CONE SUL (T.C.)

Observando o Mapa 10, vemos o Mundo em três posições diferentes, assinalado sempre o paralelo de 20º, considerando-se que o Cone Sul deixou de ser, pela sua significação geoestratégica, uma área de importância apenas continental, para se tornar internacional. Como zona de projeção do Cone Sul, destacaremos a Antártica (como plataforma giratória), a África do Sul (num atração direta), e a Austrália (num posicionamento mais remoto).



Org. por
Therézinho de Castro

Mapa 10



Mapa 11

No contexto geral, destaca-se o Cone Sul como uma cunha natural que avança em direção da Antártica. Essa cunha terminal do Continente Sul-americano, além do Estreito de Drake (com águas internacionais), domina os Estreitos de Magalhães e de Beagle (com águas territoriais), na mais variada e intrincada comunicação marítima entre o Atlântico e o Pacífico.

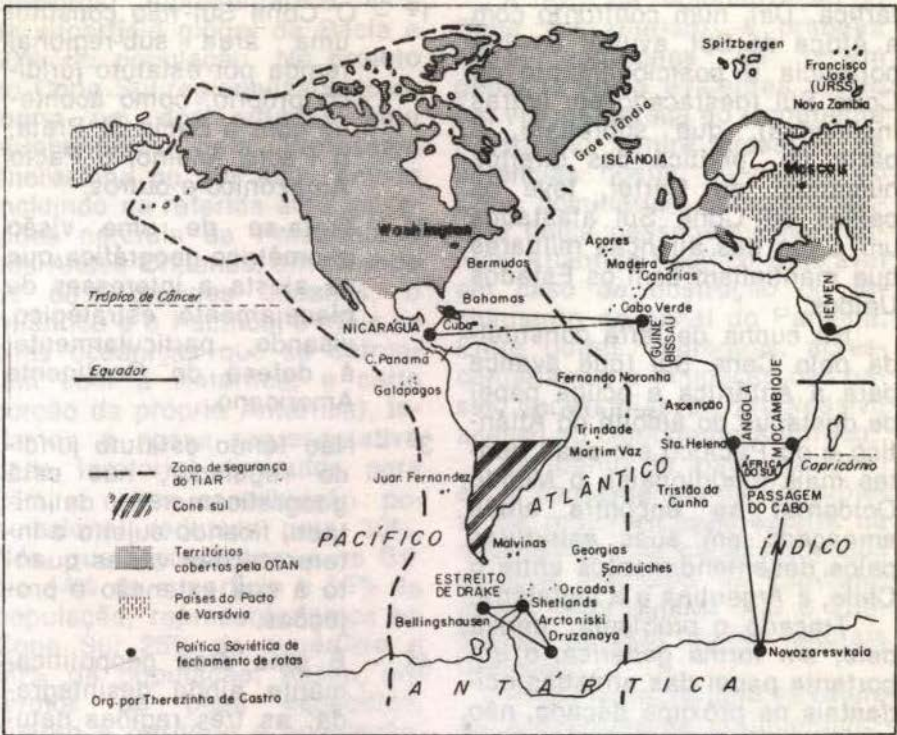
Mackinder, o geopolítico inglês que, embora tenha partido do poder terrestre para o domínio mundial, não prescindiu do poder marítimo, traçou, conseqüentemente, a área abrangida pelo Crescente Externo Insular, mostrado no Mapa 11. Vemos nesse mapa que a área abrangida pelo Crescente Externo Insular, envolvida pela linha contínua, abrange o Cone Sul bem como suas zonas de projeção formadas pela Austrália (vista no alto do mapa) e pela África do Sul (em baixo do mapa). Mackinder faleceu em 1946 e bem sabemos que, ao terminar a Segunda Guerra Mundial, esse Crescente Externo Insular se encontrava defendido pela distância dos centros de decisão localizados na Europa, o *heartland* de Mackinder. Hoje, no entanto, com o avanço da técnica e o aparecimento do Poder Aéreo, essa área se encontra bastante ameaçada. Embora o homem venha promovendo a conquista do espaço, encontra-se ainda muito dependente das rotas marítimas.

O TIAR surgiu em 1947, num corolário da Doutrina de Monroe, e envolve em sua zona de defesa (representada por uma linha constituída de 11 deitados) parte do Atlântico e do Pacífico, pondo frente a frente, em seu quadrante meridional, o Cone Sul e a Antártica. Nesse contexto, vamos buscar Maham quando dizia que um dos princípios que regem o Poder Marítimo é o de "flechar rotas". Em linhas gerais, tal princípio consistia em formar uma grande marinha oceânica para o domínio de pontos geoestratégicos, pontos esses que concedessem o controle do que Maham chamava de "vasos comunicantes geográficos interoceânicos". O mapa assinala dois desses vasos comunicantes: o de Drake (entre o Cone Sul e a Antártica) e o do Cabo (ao sul da zona de projeção formada pela África do Sul).

Essa tática, que fascinou a Inglaterra no passado, vem atraindo a Rússia cada vez mais no presente. Nessas condições, se caracteriza o problema do Mundo Ocidental tendo que enfrentar o expansionismo soviético através da intervenção direta ou indireta na política particular das nações que não são potências.

Examinemos o Mapa 12, para compreender melhor o que dissemos. Em se tratando do controle do que Maham chamava de "vasos comunicantes geográficos interoceânicos", vemos que o constituído pela Rota ou Passagem do Cabo es-

44



Mapa 12

tá bastante ameaçado pelas novas estruturas de apoio que a Rússia mantém em Angola e Moçambique, e, numa espécie de triângulo geoestratégico, vai se encontrar com a base de Novozoresvkaia, mantida pela Rússia na Antártica. Nesse contexto, avulta em importância para o Mundo Ocidental o posicionamento da África do Sul, abrangida pelo Crescente Externo Insular de Mackinder e integrada na "área indecisa" da Teoria do Poder Aéreo de Seversky. Assim, a fim de solapar o seu posicionamento da África do Sul no Mundo Ocidental, a

tônica comunista vem sendo o combate ao apartheidismo.

Ainda no mesmo mapa, vemos o outro "vaso comunicante geográfico interoceânico", que é o Estreito de Drake, já na mira das bases russas, na Antártica, de Druynaia (no Mar de Weddel) e de Bellingshausen (no lado do Pacífico), e, para completar outro triângulo geoestratégico, a base de Arctoviski, na Península Antártica, administrada pela Polônia. Menos envolvido que a Passagem do Cabo, o Estreito de Drake só se encontra ameaçado indiretamente pelas bases russa e polonesa na An-

tártica. Daí, num confronto com a África do Sul, avultar em importância o posicionamento do Cone Sul (destacado por listras inclinadas), que sobretudo, a partir da "política dos direitos humanos" de Carter, teve os países do Cone Sul afastados um a um das alianças militares que mantinham com os Estados Unidos.

Na cunha de terra constituída pelo Cone Sul (que avança para a Antártica e ocupa papel de destaque no âmbito do Atlântico e do Pacífico em suas frentes mais meridionais), o Mundo Ocidental se encontra ainda ameaçado em suas estruturas pelos desentendimentos entre o Chile, a Argentina e a Inglaterra.

Traçado o problema, deriva dele, em forma genérica, o importante papel das armadas ocidentais na próxima década, não somente no setor da defesa nacional, como também na de âmbito regional, orientado para a proteção das passagens vitais que vinculam os países do Mundo Livre. No caso específico do Cone Sul, só existem núcleos navais pequenos, muito embora se deva ressaltar a importância da África do Sul, de um lado, e do próprio Cone Sul, do outro.

CONCLUSÕES (M.M.)

Algumas conclusões ressaltam das considerações que fizemos até aqui. Vamos alinhá-las.

- 1ª - O Cone Sul não constitui uma área sub-regional regida por estatuto jurídico próprio, como acontece com a Bacia do Prata, o Pacto Andino, o Pacto Amazônico e outros.
- 2ª - Trata-se de uma visão geométrico-geográfica que se ajusta a interesses de planejamento estratégico, visando, particularmente, à defesa do Continente Americano.
- 3ª - Não tendo estatuto jurídico regulador, não está geograficamente delimitado, ficando sujeito a interpretações várias quanto à sua extensão e projeções.
- 4ª - É uma área geopoliticamente ainda desintegrada: as três regiões naturais que a compõem permanecem separadas.

Vejamos, agora, a posição do Brasil em face de um futuro Cone Sul institucionalizado.

O Brasil já pertence à maior e mais rica comunidade sub-regional da região meridional do Continente, a Bacia do Prata, cuja área de 3.000.000 de km² equivale ao território da Índia, e cuja população, da ordem de 100.000.000 de habitantes, é a mais rica e mais próspera da América Latina. Nessa Bacia (cujo estatuto jurídico de regionalização funciona proveitosamente há treze anos em benefício dos seus cinco estados

membros) representamos 44% da superfície global da Bacia e 50% da população. No projeto do Cone Sul regionalizado (conforme um dos critérios aqui apresentados pela Professora Therezinha ou por mim, ambos incluindo na referida área as regiões naturais da Patagônia e dos Andes Chilenos, envolvendo os dois grandes oceanos, o Atlântico e o Pacífico, e mais as ilhas oceânicas que se defrontam com a Antártica, e certa porção da própria Antártica), teríamos a nossa representatividade territorial diminuída para 25%, a nossa contribuição populacional reduzida para 30%. Nós, que representamos na Bacia 44% da superfície e 50% da população, representaríamos no Cone Sul 25% da superfície e 30% da população. Assim, em termos de peso específico, quanto a território e população, nossa posição na Bacia é mais proeminente do que seria numa projetada institucionalização da sub-região do Cone Sul.

Por outro lado, enquanto a Bacia do Prata é uma unidade regional integrada, em termos de geografia e de comunicações, o Cone é ainda um conjunto desintegrado de três regiões naturais (a Bacia do Prata, a Patagônia e os Andes), cuja articulação terrestre muito deixa a desejar. Para se tornar uma comunidade geopolítica, exigirá grande esforço na implantação de uma infra-estrutura de comunicações terrestres.

A favor da regionalização do Cone ressaltariam, à primeira vista, vantagens de ordem geoestratégica evidentes, tendo em vista a defesa do Continente Americano contra ameaças de potências hostis: os países do Cone dominariam completamente a única passagem interoceânica Atlântico-Pacífico utilizável em caso de obstrução ou fechamento do canal do Panamá. Entre outras vantagens, acrescentaríamos a ocupação das bases necessárias ao progressivo acesso ao Continente Antártico.

Do ponto de vista econômico, a conveniência de um projeto de regionalização estaria na dependência da capacidade dos estados membros de estabelecerem uma política viável e integradora de suas regiões naturais distintas.

Finalmente, no que se refere às conveniências político-diplomáticas, com essa regionalização herdaríamos reflexos dos conflitos internacionais entre a Argentina, o Chile, o Paraguai, a Bolívia e o Peru. E, mais recentemente, herdaríamos, também, o agravamento da confrontação Argentina-Inglaterra. O bom funcionamento do Cone Sul como unidade sub-regional integrada, regulada por tratado, dependeria muito da capacidade em absorver ou anular tais conflitos.

Como palavra final, diremos que, a não ser que sobrevenha uma necessidade maior de defesa do Continente, no quadro de um conflito contra potências extracontinentais hostis (quando

as dificuldades acima mencionadas poderiam ser obviadas), dificilmente assistiremos a uma regionalização do Cone Sul. No quadro de relativa normalidade internacional, basta ao Brasil o Tratado da Bacia do Prata (cada vez mais efetivo), e manter nos-

as relações pacíficas e profícuas com o Chile. Evitaríamos, ao menos no presente, nos envolvermos com antagonismos que não nos dizem respeito e cuja existência muito dificultaria a implementação de uma efetiva integração sub-regional.



O General-de-Divisão R/1 Carlos de Meira Mattos é autor de numerosos trabalhos no campo da Geopolítica, destacando-se "A Geopolítica e as Projeções do Poder" e "Projeção Mundial do Brasil". Ex-Vice-Diretor do Colégio Interamericano de Defesa, com sede em Washington, DC, EUA.



Profª THEREZINHA DE CASTRO – Bacharel e licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (UFRJ), especializou-se em Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu Rumo à Antártica, História da Civilização Brasileira, Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil, África – Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais.